

PRIMEIROS SOCORROS NA ESCOLA: AÇÃO EXTENSIONISTA DE UMA LIGA ACADÊMICA

VITÓRIA RIBEIRO SCHIAVON¹; JULIA MARLOW HALL²; ANA JULIA MOTTA NOREMBERG³; ALINE OLIVEIRA DIAS FERRO⁴; ANA PAULA DE LIMA ESCOBAL⁵; LENICE DE CASTRO MUNIZ DE QUADROS⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – vitoria.schiavon@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – julia.marlow@ufpel.edu.br

³Universidade Federal de Pelotas – ananoorenborg@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – alidias07@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – anapaulaescobal01@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – lenicemuniz@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária configura-se como um dos pilares do ensino superior, uma vez que estabelece uma relação importante entre o conhecimento produzido no ambiente acadêmico e as demandas sociais mais atuais. Ademais, possibilita a construção coletiva de saberes, por meio da interação entre discentes, docentes e a comunidade, promovendo além do fortalecimento da função social da universidade, a relevância da ampliação de práticas cidadãs e o incentivo à formulação da promoção da saúde e da educação (SANTANA *et al.*, 2021).

No contexto escolar, esse papel assume relevância ainda maior. A escola, como espaço de convivência cotidiana entre crianças, adolescentes e adultos, concentra um grande fluxo de pessoas em constante interação, tornando-se, assim, um ambiente suscetível a acidentes, como quedas, fraturas, engasgos, entre outros. Nessas situações, a presença de trabalhadores da educação capacitados para agir em situações de emergência pode ser decisiva na preservação da vida (SILVA *et al.*, 2023).

É nesse sentido que a extensão universitária se apresenta como um instrumento estratégico. Através dela, acadêmicos, em especial das áreas da saúde, como da enfermagem, podem atuar de forma direta no processo de educação em saúde, promovendo capacitações voltadas à comunidade escolar. Assim, fortalecendo a prevenção de riscos e a construção de ambientes mais seguros. A obrigatoriedade desse tipo de preparo foi instituída legalmente pela chamada Lei Lucas (Lei Federal nº 13.722/2018), que determina a capacitação de professores e funcionários de escolas e creches, públicas e privadas, em noções básicas de primeiros socorros (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, destaca-se a atuação da Liga em Atendimento Pré-Hospitalar (LAPH), um Projeto de Extensão vinculado à Faculdade de Enfermagem (FEn) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A liga tem como objetivo transmitir conhecimentos relacionados ao Atendimento Pré-Hospitalar (APH) através de ações de educação em saúde que contemplam temas como reanimação cardiopulmonar, imobilizações, condutas em casos de engasgo e convulsões, entre outros. As estratégias adotadas pelo projeto incluem palestras teóricas, atividades práticas e a utilização de mídias digitais para ampliar o alcance das informações.

Dessa forma, a LAPH oportuniza um espaço de construção coletiva, no qual estudantes são estimulados a refletir sobre sua responsabilidade social enquanto

futuros profissionais da saúde. Além disso, contribui para sensibilizar a comunidade acadêmica e externa acerca da relevância das ações extensionistas, que fortalecem tanto a formação profissional quanto o compromisso da universidade com as necessidades reais da sociedade.

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de discentes participantes do Projeto de Extensão LAPH, com ênfase em uma capacitação teórica e prática sobre a importância da Lei Lucas e temáticas de engasgo, crises convulsivas e PCR para professores de uma escola de ensino fundamental, em uma cidade do sul do Rio Grande-do-Sul.

2. METODOLOGIA

O trabalho em questão trata-se de um relato de experiência, o qual consiste em um registro das vivências de forma individual ou coletiva, geralmente vinculadas a projetos de pesquisa, ensino ou extensão, cujo propósito busca estimular a reflexão crítica acerca das aprendizagens adquiridas e dos desafios enfrentados ao longo do processo (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021).

A atividade de extensão foi executada por cinco discentes do curso de Enfermagem da UFPEl, integrantes da LAPH. A capacitação foi destinada aos professores e funcionários da Escola de Ensino Fundamental e Médio Freinet, no período vespertino, sendo relevante destacar que a iniciativa partiu de uma solicitação da própria instituição de ensino.

O conteúdo selecionado para a ação abordou a Lei Lucas, bem como o reconhecimento e a conduta frente a situações de engasgo, síncope, crises convulsivas e PCR. A atividade ocorreu em 28 de fevereiro de 2025, com duração aproximada de duas horas e contou com a participação de cerca de 20 funcionários da instituição de ensino.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

A atividade extensionista realizada no dia 28 de fevereiro de 2025, no período da tarde, na Escola Freinet, contou com a participação de aproximadamente 20 docentes do ensino fundamental e médio e foi conduzida pelos acadêmicos de Enfermagem integrantes da LAPH. A capacitação, com duração de cerca de duas horas, abordou de forma teórica e prática os temas previstos pela Lei Lucas, além de condutas frente a situações de engasgo, síncope, crises convulsivas e PCR.

Em um primeiro momento, foi realizada uma exposição teórica com o auxílio de recursos audiovisuais, possibilitando a introdução dos conceitos centrais. Em seguida, desenvolveu-se a etapa prática, utilizando dois manequins para a execução das técnicas de desobstrução de vias aéreas, posição de recuperação e reanimação cardiopulmonar. Essa dinâmica prática foi vivenciada por todos os participantes, proporcionando uma experiência ativa e participativa, que favoreceu a fixação do conteúdo e a aproximação com situações reais.

Durante a ação, foi possível observar a adesão significativa dos docentes, que demonstraram interesse ao longo de toda a capacitação, por meio de questionamentos, compartilhamento de experiências pessoais e interação com as demonstrações práticas, o que evidencia o engajamento da comunidade escolar diante da temática proposta. Essa troca entre acadêmicos e professores permitiu que o conhecimento fosse assimilado de maneira mais dinâmica e contextualizada à realidade vivenciada pelos docentes no ambiente escolar.

Os impactos imediatos da atividade puderam ser percebidos tanto na ampliação do conhecimento dos professores sobre primeiros socorros, quanto no fortalecimento da segurança no espaço educacional. Ao receberem orientações fundamentadas em protocolos atualizados, os docentes relataram maior segurança em como agir diante de situações de urgência, minimizando a insegurança e o imprevisto que poderiam comprometer a assistência em casos reais. Além disso, a capacitação contribuiu para a valorização da Lei Lucas como ferramenta de proteção à comunidade escolar, a qual estabelece a obrigatoriedade de capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de instituições de ensino, reforçando sua aplicabilidade prática no cotidiano (BRASIL, 2018).

No âmbito social, destaca-se a relevância da ação extensionista, uma vez que a capacitação solicitada pela própria instituição escolar demonstra a necessidade real da comunidade em se apropriar desses conhecimentos. Ao atender a essa demanda, a LAPH cumpriu seu papel formativo, e proporcionou a consolidação da função da universidade como promotora de saúde e segurança. Dessa forma, o impacto ultrapassa os limites da escola, pois a preparação dos professores reflete em maior proteção aos estudantes e fortalecimento da rede de cuidados em situações de urgência, consolidando a importância da extensão universitária como meio de transformação social.

4. CONSIDERAÇÕES

A atividade extensionista realizada pela LAPH reafirma a relevância da universidade enquanto promotora de transformação social, ao aproximar o conhecimento técnico-científico das demandas concretas da comunidade escolar. A capacitação em primeiros socorros possibilitou que os professores desenvolvessem maior segurança e preparo diante de situações emergenciais, contribuindo para ambientes educacionais mais protegidos e alinhados às diretrizes da Lei Lucas, que prioriza a preservação da vida por meio da educação preventiva.

Do mesmo modo, destaca-se o impacto formativo sobre os discentes participantes, que puderam vivenciar na prática a importância da comunicação acessível, da responsabilidade social e da atuação interdisciplinar no campo da saúde. Essa experiência fortalece a concepção da extensão universitária como espaço de aprendizado crítico e coletivo, essencial para a formação integral de profissionais comprometidos com a sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018.** Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 193, p. 1, 5 out. 2018.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021.

SILVA, Ana Clara Jagui Porto da *et al.* **Primeiros socorros na escola, papel da enfermagem e a contribuição da Lei Lucas.** Revista Ciência Contemporânea, 3 (9), 14446–14462, 2023.

SANTANA, Regis Rodrigues *et al.* **Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde.** Porto Alegre: Educação & Realidade, v. 46, n. 2, 2021.